

Getrin6 discute em simpósio reflexos da terceirização na saúde do trabalhador



Em razão das alarmantes estatísticas relacionadas a doenças e acidentes do trabalho no Brasil e no mundo, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da 6ª Região (Getrin6) promoveu simpósio aberto ao público com o tema “Terceirização: adoecimento e morte do trabalhador”. O evento, realizado no SENAC em celebração ao 28 de abril – Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho –, teve mais de 300 participantes.

Desembargadores homenageados

Aposentados depois de quase 30 anos dedicados à Justiça Trabalhista, os desembargadores Acácio Júlio Kezen Caldeira e Dinah Figueirêdo Bernardo receberam homenagem do Regional com a entrega de suas togas e uma placa de agradecimento pelos anos consagrados ao Regional pernambucano.

XX Concurso de Juiz Substituto:

Segunda etapa finalizada

Pág. 3

Escola Judicial é destaque em capacitação

Pág. 2

Campanha de prevenção de diabetes e hipertensão para magistrados e servidores

Pág. 7

Escola Judicial do TRT-PE promove ações de capacitação de magistrados e servidores

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (EJTRT6) tem se mobilizado para oferecer cada vez mais conteúdos voltados à qualificação de magistrados e servidores da casa. Em abril, duas iniciativas atraíram um grande público. A primeira, uma palestra sobre a ferramenta eletrônica Simba – Sistema de Investigação de Movimentação Bancária. A outra, o lançamento do curso Docência e Profissionalidade para Formadores da EJ.

A abordagem do dia 9, que aconteceu no auditório do Pleno do Tribunal, no Recife, foi conduzida pelos juízes Eduardo Câmara e Rafael Val Nogueira, respectivamente gestor regional e gestor substituto do Simba em Pernambuco. Muito usado na investigação de crimes contra o setor financeiro, o *software* passa a ser empregado no âmbito cível.

“Uma das principais vantagens do programa é permitir a identi-

ficção da transferência de patrimônio, contribuindo para uma maior efetividade das execuções trabalhistas”, apontou Eduardo Câmara. “À medida que avançamos nos processos, os devedores buscam outros métodos de blindar seus bens. O Simba reforçará nossos instrumentos de atuação”, completou Rafael Val Nogueira.

Pedagógico - O desafio da formação profissional de docentes foi o tema da palestra da doutora em Pedagogia Acácia Kuenzer realizada no dia 22, no auditório da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, na capital pernambucana.

A pesquisadora destacou a importância de discutir a atuação dos especialistas que já desenvolvem ou pretendem iniciar atividades de docência nas Escolas Judiciais. A capacitação iniciada no dia 24 é voltada para magistrados e servidores que integram ou pretendem integrar o banco de Tutores e Instrutores da EJTRT6. As aulas seguem até outubro.

Capacitação em PJe-JT do TRT6 é destaque em Brasília

A exitosa experiência do TRT-PE na qualificação de magistrados e

servidores para o uso do PJe-JT foi destaque em evento promovido em abril, em Brasília (DF), pelo Conselho Nacional da Justiça do Trabalho. Na reunião, como uma das boas práticas relacionadas ao tema, o coordenador-geral da EJTRT6, juiz Rodrigo Samico, apresentou o modelo *blended*, que trabalha o conteúdo em aulas presenciais e em EaD. Da Escola Judicial, também participaram a secretária-executiva, Verônica Tavares, e os servidores Alexandre Batista e Sérgio Medeiros, integrantes do Comitê Gestor local.



Juízes André Machado, Rodrigo Samico e Agenor Martins e a doutora Acácia Kuenzer durante palestra de abertura do curso Docência e Profissionalidade para Formadores da EJ-TRT6



Fotos: Danilo Galvão

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Gisane Barbosa de Araújo

VICE-PRESIDENTE

Virgínia Malta Canavarro

CORREGEDOR

Ivan de Souza Valença Alves

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavarro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Dione Nunes Furtado da Silva

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

Sergio Torres Teixeira

Fábio André de Farias

Paulo Alcantara

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Sérgio Ricardo Batista Mello

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyéjja Menezes Soares de Azevedo

EDIÇÃO

Núcleo de Comunicação Social (NCS)

CHEFE DO NCS

Eugenio Jerônimo

REDATORES

Núcleo de Comunicação Social: Eugenio Jerônimo · Mariana Mesquita · Helen Falcão · Fábio Nunes
Estagiários de jornalismo: Jaqueline Fraga · Renata Oliveira
Signo Comunicação: Francisco Shimada · Larissa Correia

REVISÃO

Eugenio Pacelli · Mariana Mesquita

FOTOGRAFIA

Núcleo de Comunicação Social: Stela Maris · Elysangela Freitas / Signo Comunicação: Danilo Galvão

PROJETO GRÁFICO / DIAGRAMAÇÃO

Núcleo de Comunicação Social: Simone Freire · Gilmar Rodrigues / Signo Comunicação: Micaele Freitas

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas (Tiragem: 1.500 exemplares)

Segunda etapa do concurso para juiz substituto concluída

Com um total de duas fases, a segunda etapa do xx Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) foi finalizada. A prova escrita (discursiva) foi aplicada no dia 12 de abril e a prática de sentença, no dia 19.

A discursiva ocorreu no Colégio Boa Viagem, no Recife, e foi realizada por candidatos que obtiveram as maiores notas na primeira fase (objetiva) – aplicada em janeiro. De acordo com a Fundação Carlos Chagas, órgão responsável pela aplicação dessa etapa, dos 313 classificados na prova objetiva, 300 compareceram, representando um índice de presença de 95,8%.

Para responder as seis questões que compunham a prova, foi permitido aos candidatos consultar a legislação, porém vedado o acesso a materiais comentados e anotações pessoais. A fim de garantir o cumprimento dessas normas, uma equipe de 47 servidores graduados em Direito ficou responsável pela análise do material trazido pelos concorrentes. Apenas

aqueles que atingiram a nota mínima de seis na discursiva terão suas sentenças corrigidas.

A última fase da segunda etapa consistiu na elaboração de uma sentença trabalhista. Segundo o desembargador Pedro Paulo Nóbrega (presidente da Comissão do Concurso), essa é uma das principais fases do concurso, pois por ela é medido o conhecimento prático dos assuntos relacionados ao Direito do Trabalho. Como na escrita, os candidatos também tiveram acesso à legislação trabalhista, com as mesmas restrições e inspeção a que se submeteram na discursiva.

A prova de sentença teve índice de presença de 94%, ou seja, 295 candidatos compareceram. Antecipando-se a eventuais intercorrências, o TRT-PE colocou à disposição ambulância e equipe médica durante as quatro horas de duração dos exames. Além disso, a fim de garantir o bom andamento do concurso, também foram disponibilizados seguranças do Tribunal ao longo da aplicação das provas.

Os resultados estão previstos para os dias 29 de maio (dis-



Presidente Gisane Araújo (centro) e Comissão Organizadora do concurso

Fotos: Stela Maris



Sob a observação do presidente da Comissão de Concurso, desembargador Pedro Paulo, candidatos acompanham a abertura dos envelopes das provas

cursiva) e 29 de julho (sentença). O xx Concurso para Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região é destinado ao preenchimento de cinco vagas disponíveis, com a possibilidade de inscrição em cadastro de reserva. O certame tem um total de cinco etapas. As próximas serão compostas de inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e psicotécnico, prova oral e avaliação de títulos.

Simpósio do Getrin discute impactos da terceirização na saúde do trabalhador

Evento reuniu mais de 300 pessoas para lembrar dia mundial em memória às vítimas de acidentes do trabalho



Representantes dos órgãos que compõem o Getrin, no simpósio



Desembargador Grijalbo Coutinho (TRT DF/TO) no lançamento do livro *Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora*



Juiz Hugo Melo e desembargadores Grijalbo Coutinho e Fábio Farias

Em 28 de abril de 1969, a explosão de uma mina na Virgínia, nos Estados Unidos, matou 78 trabalhadores. Posteriormente, a data passou a ser lembrada como o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. Em 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituiu o 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. Dois anos depois, em maio de 2005, foi promulgada no Brasil a Lei Nº. 11.121, criando o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

De acordo com dados apurados pela OIT em 2013, a cada minuto, quatro trabalhadores morrem de acidentes ou doenças de trabalho e 460 pessoas sofrem um acidente laboral no mundo. O Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes relacionadas ao trabalho, com 2.503 óbitos por ano, ficando atrás apenas da China, Estados Unidos e Rússia. Ainda segundo a Organização, por ano, 160 milhões de pessoas no mundo todo sofrem de doenças laborais não letais.

No Brasil, as áreas com maior número de mortes relacionadas ao

trabalho, de acordo com dados de 2013 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são transporte, armazenagem, comunicações, construção civil e comércio. Segundo o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho do Ministério da Previdência Social, somente entre trabalhadores formais brasileiros, que correspondem a 30% da população economicamente ativa, foram contabilizados 720.629 acidentes em 2011 e 705.239 em 2012.

Em face desses números alarmantes, o Grupo de Trabalho

Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da 6ª Região (Getrin6) promoveu, em memória ao Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, um simpósio aberto ao público com o tema “Terceirização: adoecimento e morte do trabalhador”. O evento, com inscrições gratuitas, foi realizado em 28/04, no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), no Recife.

Na primeira palestra do evento, “Terceirização e morte na Celpe”, a auditora do Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE) Alcedina Leal trouxe os principais pontos de um estudo realizado na companhia energética entre os anos de 2009 e 2010. “Nesse período, nós registramos acidentes fatais entre terceirizados e nenhum entre trabalhadores diretos”, relatou a auditora.

A segunda palestra, “Terceirização, assédio moral e adoecimento nos *call centers*”, da também auditora do MTE Cristina Serrano, expôs as péssimas condições de trabalho para operadores de *telemarketing* em Pernambuco. Nas fiscalizações realizadas, foram detectadas diversas negligências no cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho pelas empresas.

Ainda na parte da manhã, as representantes do Centro de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador (Cresat) do Hospital da Restauração (HR), Valéria Félix e Suzana Bastos, relataram o diagnóstico dos acidentes graves e fatais com trabalhadores terceirizados.

Com o tema “Precarização do vínculo e promoção de acidentes de trabalho”, Miguel Pereira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), apresentou os principais dados estatísticos envolvendo os terceirizados do setor bancário. “Temos nos mobilizado cada vez mais na luta contra a aprovação do Projeto de Lei 4.330 de 2004 (que

trata de alterações no contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho decorrentes), pois acreditamos que a aprovação só trará benefícios aos empresários, porém ampliará a precarização aos trabalhadores”, ressaltou.

O juiz André Machado, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AmatraVI), realizou a conferência de encerramento do simpósio, comentando que a terceirização significa um retrocesso social, com reflexos no adoecimento e morte dos trabalhadores. “Um trabalho decente implica respeitar as normas internacionais e direitos fundamentais do trabalhador”, expôs o magistrado.

O Getrin6 também trouxe ao Recife o desembargador do TRT da 10ª Região (DF/TO) Grijalbo Fernandes Coutinho. O magistrado veio lançar seu mais novo livro “Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora”, na Livraria Cultura do Paço Alfândega, na noite do dia 27/04, como parte da programação do simpósio. A obra é resultado de uma pesquisa acadêmica que analisa o movimento de terceirização com efeitos nefastos na segurança e saúde do trabalhador.

O simpósio e o lançamento do livro também contaram com o apoio do Senac, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato dos Bancários de

Pernambuco, da Escola Judicial da 6ª Região (EJ-TRT6), da AmatraVI, do Movimento 28 de Abril e da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho (APDT).

Gestores - Para o desembargador Fábio Farias, gestor regional do Programa Trabalho Seguro ao lado da juíza Ana Freitas, a sociedade brasileira está muito atenta ao tema “terceirização”. Ele resalta que o Projeto de Lei 4.330, que autoriza a prática em todas as atividades empresariais, deve ser discutido à luz da saúde e da segurança no trabalho. “É necessário atentar para o índice de acidentes e adoecimentos entre terceirizados, uma vez que estudos indicam que estes se acidentam 30% a mais, trabalham em média quatro horas a mais por semana e ganham, em alguns lugares, metade do valor do salário, e tudo isso gera um nível de acidente muito alto”.

A juíza Ana Freitas destaca que é importante que a sociedade tenha

conhecimento dos dados sobre a terceirização e acidentes e doenças do trabalho. “A regulamentação prevista pelo PL 4.330, no final das contas, acabará precarizando muito mais uma atividade que já é muito precarizada.

Getrin6 - Composto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), o Ministério Público do Trabalho (MPT-PE), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PE), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), além da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Prefeitura Municipal de Olinda, o Getrin6 desenvolve em Pernambuco as ações do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

“Um trabalho decente implica respeitar as normas internacionais e direitos fundamentais do trabalhador”

André Machado

Magistrados e servidores homenageiam os desembargadores Acácio Caldeira e Dinah Figueirêdo

Com quase 30 anos dedicados à Justiça Trabalhista, os desembargadores Acácio Júlio Kezen Caldeira e Dinah Figueirêdo Bernardo desligaram-se das atividades relacionadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE). A concessão das aposentadorias foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de abril. Pouco mais de um mês após a despedida, os magistrados retornaram ao Fórum Agamenom Magalhães, no Recife, onde foram homenageados.

Na ocasião, a presidente do TRT-PE, desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, ressaltou a dedicação dos colegas ao longo de suas trajetórias na magistratura trabalhista. “Essa pequena homenagem de entrega da toga será singela, porém sincera do nosso Tribunal aos dois desembargadores que tanto engrandeceram a nossa casa e que ainda poderão contribuir de outras formas”, disse. Usado durante as sessões plenárias, o traje pertence, agora, aos recém-aposentados como forma de reconhecimento às atividades exercidas. Além disso, os desembargadores receberam placa de homenagem com agradecimento pelos anos consagrados ao Regional pernambucano.



Desembargadores reunidos durante a homenagem

Stela Maris

Histórico

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Acácio Júlio Kezen Caldeira graduou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, em 1981, e é pós-graduado em Direito do Trabalho. Ingressou no Tribunal da 6ª Região em 1987, após ser aprovado no concurso público para o cargo de juiz do Trabalho substituto. Foi promovido por merecimento a juiz titular em 1988, tendo presidido as vts de Palmares, Catende, Limoeiro, Ipojuca e a 1ª de Jaboatão dos Guararapes. Após 18 anos de dedicação à magistratura na primeira instância, foi promovido em 2005 também pelo critério de merecimento ao cargo de desembargador. “Passou muito rápido, mas valeu porque a função social do trabalho na magistratura aparece de forma muito significativa”, avalia.

Natural de João Pessoa-PB, Dinah Figueirêdo Bernardo formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ingressou no TRT-PE em 1981, quando assumiu o cargo de auxiliar Judiciário após aprovação em concurso público. Em 1987, foi nomeada para o cargo de juíza do Trabalho substituta da 13ª Região, retornando ao Regional pernambucano, em 1988, através de novo concurso, como juíza substituta. Presidiu as vts de Salgueiro, Pesqueira, Catende, Vitória de Santo Antão e Igarassu. Antes da promoção para o cargo de desembargadora, pelo critério de antiguidade, em 2009, era titular da 15ª Vara do Recife desde 1996. Também atuou como gestora do Programa Trabalho Seguro por dois anos. “Foi um momento de muita dedicação, muito sacrifício pessoal, mas extremamente compensador”, revela.

Doação

O TRT-PE doou mais de 200 computadores para a Defensoria Pública de Pernambuco. Segundo o defensor público geral, Manoel Jerônimo de Melo Neto, as máquinas e periféricos farão parte do acervo dos 20 novos núcleos que a entidade inaugura ao longo do ano. O material está em boas condições de uso, porém obsoleto para as necessidades do Tribunal. Presidente do Regional 6, a desembargadora Gisane Barbosa de Araújo destacou que faz parte do perfil da instituição colaborar permanentemente com outros órgãos das várias esferas do setor público.



Damib Galvão

Presidente Gisane Araújo e defensor público geral, Manoel Jerônimo de Melo Neto, assinam termo de doação

Conciliação

O exemplo da 1ª Vara do Trabalho do Cabo de Santo Agostinho foi apontado como uma das práticas de gestão bem-sucedidas por parte do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O destaque de iniciativas do tipo foi uma das formas encontradas pelo órgão para estimular a adoção de condutas estratégicas para o alcance das metas 9 e 11 do Planejamento Estratégico de 2015 a 2020. No caso, a unidade homologou acordo entre a prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais para pagamento parcelado de débito de FGTS de cerca de R\$ 9 milhões a 1,4 mil servidores. Segundo o juiz Rafael Val Nogueira, sem a conciliação, a quitação ocorreria de uma só vez por meio de precatórios, o que traria grande impacto às receitas municipais, além de postergar a execução da sentença. O processo tramitava há mais de 20 anos.

Colegiado de Ouvidores

A desembargadora ouvidora Eneida Melo Correia Araújo participou, nos dias 22 e 23 de abril, da quinta reunião do Colégio de Ouvidores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleouv). Durante o evento, em Campinas-SP, foram discutidos meios de aperfeiçoar o atendimento e a satisfação do cidadão. O encontro abordou ainda questões como o projeto de implantação da Rede Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, o módulo destinado à Ouvidoria junto ao Processo Administrativo eletrônico da Justiça do Trabalho (Proad) e a definição de parâmetros para elaboração de pesquisa de satisfação do usuário, entre outras.

Campanha de prevenção

Agora em abril, em parceria com a Unimed Recife, o Núcleo de Saúde do TRT-PE realizou campanha de prevenção ao diabetes e à hipertensão em duas etapas. Na primeira, o público teve acesso a uma palestra com a clínica geral Liane Tandaitnik. A médica explicou as principais informações sobre as enfermidades, como causas, riscos e formas de prevenção. No segundo momento, também como forma de melhorar a qualidade de vida dos envolvidos, magistrados e servidores já diagnosticados com pelo menos um dos dois problemas tiveram consultas agendadas com nutricionista e enfermeira. Outras mobilizações deverão ser realizadas até o fim do ano.

Criação de varas, cargos e funções

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, no dia 28 de abril, o anteprojeto de lei que visa à criação de 12 varas do trabalho, 24 cargos de juiz titular e substituto, 282 de analista judiciário e 12 em comissão, além de 120 funções comissionadas no TRT6. Agora, o processo segue para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A última etapa depende de aprovação pelo Congresso Nacional, a fim de ser convertido em lei ordinária. Também foi encaminhado ao CNJ, competente para relativizar os critérios da Resolução 184/2013, o anteprojeto que trata da criação de cargos na área administrativa.

Emoção em movimento

A servidora e bailarina clássica, Susana Lavor, viu na dança uma oportunidade de expressar o que sente

Susana Nunes Lavor, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) desde 2008, quando veio do TRT19 (AL), e atualmente lotada na Assessoria Jurídica, teve o amor pela arte despertado logo na infância. Quando criança, entrou em contato com o balé e o piano e, ao atingir a adolescência, fez jazz. “Minhas amigas começaram a praticar jazz e acabei praticando por uns dois anos e deixei. Naquela época também tinha deixado o balé um pouco de lado e estava só com o piano”, conta.

Já na idade adulta, uma amiga a chamou para entrar em um grupo de balé. No início, achou a ideia um pouco estranha, pois voltar à dança não estava nos seus planos. Porém, viu uma oportunidade de praticar exercícios físicos e retomar uma atividade antiga. “Depois que voltei ao balé clássico, percebi mudanças no meu corpo, pois é um exercício que requer dedicação e concentração por conter passos considerados difíceis”, explica, esclarecendo que a dança necessita de um esforço físico intenso, o que contribuiu bastante para a saúde do seu corpo e da mente.

Para Susana, praticar exercícios físicos e se preocupar em manter o corpo saudável é muito importan-

te. No entanto, a servidora alerta a quem optar pelo balé que é preciso muita dedicação. “Além de ser essencial gostar do que está fazendo, há o esforço de passar por quatro a cinco horas de treinos diários”, revela, esclarecendo que a falta de continuidade faz o corpo se acostumar com a dança.

Por ter um senso de compromisso com a prática, a bailarina clássica não gosta de atribuir o termo *hobbie* ao que faz com empenho: “Mesmo não sendo uma bailarina profissional, não tenho como não ter compromisso com a dança, pois já me apresentei publicamente e participei de grupos”, diz a dançarina, que se dedica à atividade há mais de 12 anos.

Susana declara que já teve vontade de viver do balé, mas confessa que na área clássica não há tanto incentivo por meio de patrocínios, o que dificultou mais ainda o seu desejo. Por conta disso, não deu continuidade exclusiva à carreira. Foi quando, no ano de 2003, ingressou no TRT-PE e seu ritmo de aulas diminuiu por conta da falta de disponibilidade de tempo.

Mesmo com a correria do dia a dia, a servidora não esquece sua paixão pela dança. Por essa razão, começou a se dedicar também à dança flamenca paralelamente ao balé e com a qual está começando



a se encantar: “A dança flamenca é mais marcada pelo sapateado e os movimentos são bem diferentes do balé clássico, tento manter dois ensaios por semana e quatro de balé, que é a minha paixão”, resume a bailarina.

O desejo da servidora é manter sua rotina com as duas práticas, entre aulas e apresentações. Os passos de Susana se reconstro-

em a cada ritmo, de acordo com o que sente, sempre buscando enxergar na dança, mais especificamente no balé, um momento de expressar seus sentimentos: “Quando danço esqueço tudo, estou ali concentrada na minha aula e jogo todas as minhas emoções, transformando todo sentimento de alegria ou tristeza em movimento”.